

O Estudo de Caso e a Evolução da Pesquisa em Administração: Limitações do Método ou dos Pesquisadores?

Autoria: Solange de Lima Barbosa

Resumo

A literatura acerca do estudo de caso como metodologia ou método de pesquisa tem-no frequentemente apresentado como uma ferramenta voltada a estudos exploratórios, mais simples de condução e carregado de limitações metodológicas, sobretudo no que se refere à sua capacidade de generalização, o que, na opinião de alguns autores, tem sido disseminado muito mais por incompreensão dos pesquisadores e por estrondoso eco das críticas feitas pelos positivistas sobre as formas alternativas de empreender a pesquisa, que por reais limitações do método. Na tentativa de avaliar como os pesquisadores na área de Administração têm se posicionado sobre essa questão, foi realizado um levantamento sobre uma amostra de 249 artigos publicados nos anais dos eventos da ANPAD e, por meio de análise documental e de conteúdo, esses trabalhos foram avaliados quanto ao modo como têm empregado o estudo de caso e como têm trabalhado os resultados com ele obtidos. A pesquisa identificou que a área carece de amadurecimento ainda em termos metodológicos, pela falta de rigor e detalhamento observado na apresentação dos procedimentos metodológicos, e que a concepção do estudo de caso revelada pela prática desses atores ainda reflete a confusão e interpretação equivocada do método observada na literatura.

Introdução

Para Kerlinger (1986), a importância e contribuição da ciência como forma estruturada de geração de conhecimento tem sido notável, mas não tem ocorrido o mesmo quando se trata do conhecimento pelos cientistas dos métodos e abordagens científicas por eles empregados. Infelizmente, destarte o avanço científico em várias áreas do conhecimento, a evolução do conhecimento sobre metodologias parece não ter acompanhado no mesmo nível. No geral, ainda se emprega largamente e sem muita reflexão os métodos aplicados às ciências naturais e se discute o desgastado dilema qualitativo versus quantitativo como abordagem a ser escolhida como superior nas ciências sociais (Kirk e Miller, 1986; Howe, 1988; Jackson, 2006; Cabral, 1998; Godoi e Balsini, 2004). Mais problemático que isso, é a freqüente percepção do emprego inadequado de metodologias e a reprodução de mitos que reduzem a credibilidade de alguns métodos e reforçam a continuidade de escolhas inadequadas aos propósitos da pesquisa.

Um exemplo dessa situação é o aparente desconhecimento dos pesquisadores acerca do estudo de caso (Flyvbjerg, 2006; Alves-Mazzotti, 2006). Com grande freqüência o estudo de caso é apresentado e advogado como um método de pesquisa qualitativo, voltado a estudos exploratórios e dotados de interesses específicos, nos quais o contexto e as singularidades do caso são elementos importantes na pesquisa (Stake, 2005; Thacher, 2006; Benbasat, Goldstein e Mead, 1987; Bufoni, 2002). Embora grande parte dos estudos de caso apresentados na área de ciências sociais tenham empregado os trabalhos de Robert Yin (1986) como referência para a realização de estudos com essa conotação, o próprio autor observa que o estudo de caso tem sido erroneamente empregado como uma fase exploratória de pesquisa e que mais que um método, o estudo de caso constitui uma estratégia de pesquisa que não pode ser classificada como qualitativa nem quantitativa, por excelência, mas interessada no fenômeno; valendo-se de múltiplos métodos e fontes para explorar, descrever e explicar um fenômeno em seu contexto (Yin, 1986; Yin, 2004).

Discussões a respeito da classificação do estudo de caso, como método ou como metodologia, têm sido empreendidas, mas sem grande sucesso em termos de influência, já que o corpo de pesquisa publicado em diversas áreas de conhecimento em ciências sociais tem apresentado evidente discordância acerca do que deve ser um estudo de caso e de como deve ser apresentado (Flyvbjerg, 2006; Jackson, 2006; Stake, 2005; Dooley, 2002; Oliveira, Maçada e Goldoni, 2006; Mariz et al, 2004; Dube e Pare, 2003; Cabral, 1998).

Segundo Jackson (2006), para entender o problema há de se fazer uma importante distinção entre método e metodologia. Para o autor, método é o conjunto de técnicas empregadas na obtenção e coleta de dados enquanto a metodologia refere-se à base política, histórica, cultural que orienta o pesquisador e que define sua orientação epistemológica e ontológica no processo de pesquisa. Dessa forma, o estudo de caso como método pode até representar um simples corte amostral, mas como metodologia, seu significado é muito mais amplo. Como corte amostral, o estudo de caso pode estar associado a diferentes metodologias e combinado com diferentes métodos de coleta; basta que o pesquisador o tenha com o interesse de estudos mais amplos e profundos acerca do fenômeno (Yin, 2004). Como metodologia, está restrito a um conjunto específico de métodos que revelem o posicionamento teórico do pesquisador além das restrições do fenômeno.

Jackson (2006) observa ainda que, a princípio, a discussão sobre a diversidade de métodos (e suposta supremacia da área quantitativa sobre a qualitativa) não deveria ocorrer, uma vez adotada a metodologia, pois quando isso ocorre, espera-se que esses já estejam definidos por ela. Isso porque, a metodologia (ou teoria como também denominam) constrói um “esquema de referência que determina a ordem e relevância dos fatos sob uma lógica ontológica e epistemológica específica” (p.6).

Numa visão oposta, Stake (2005) aponta que o estudo de caso não é uma estratégia ou metodologia de pesquisa, mas uma escolha do que deve ser estudado. Para ele, no estudo de caso, independentemente dos métodos, é o caso o que interessa. Sob sua ótica, o estudo de caso é definido pelo interesse empírico no caso e não pelo aparato metodológico empregado. Dessa forma, não existem métodos e técnicas de coleta e de análise próprios do estudo de caso. Técnicas quantitativas e qualitativas podem ser mescladas no intuito de compreender o caso e, nessa perspectiva, a generalização, nem empírica nem teórica, é o interesse. O interesse está no caso, mesmo que ele seja um instrumento de revelação de padrões conhecidos ou mera exemplificação de relações teóricas.

Para Dooley (2002), os conceitos de estudo de caso e de metodologia de estudo de caso frequentemente têm sido intercambiáveis na literatura. No entanto, há uma diferença significativa entre eles. Enquanto o primeiro refere-se à delimitação amostral de um estudo, representando um evento, um indivíduo, um processo ou um conjunto coletivo de atores ou fenômenos, a metodologia de estudo de caso refere-se a uma estratégia de pesquisa e não a uma fonte específica de evidência. Como metodologia, o estudo de caso envolve um conjunto de procedimentos específicos que a caracterizam como tal e que lhe denotam atributos especiais para a compreensão do fenômeno, não passíveis de obtenção (da mesma forma) em outras estratégias de pesquisa.

Se o estudo de caso pode ser mais que o que propõe Stake (2005) e realmente puder ser uma metodologia, como sugere Jackson (2006) e Dooley (2002), a prática da pesquisa revela que não é o que normalmente ocorre. A diversidade de metodologias gera extensa diversidade de métodos também, o que tem sugerido aos pesquisadores que a complexidade dos fenômenos sociais permite a combinação de métodos variados na tentativa de capturá-lo da melhor forma. Ao esquecer que não somente a complexidade, mas também a variedade de propósitos de pesquisa marcam as ciências sociais, os pesquisadores podem acabar também esquecendo

que carregam em si uma posição metodológica que limita suas combinações potenciais. O resultado disso é o emprego do estudo de caso como corte amostral, na denotação sugerida por Stake (2005), com o agravante de um mau uso do método de tal forma que corrompe a pesquisa e põe em dúvida os resultados por eles apresentados.

Para Alves-Mazzotti (2006), além dessa corrupção, uma das questões mais importantes a se discutir acerca do emprego do estudo de caso nas ciências sociais reside na super-simplificação dada ao processo de pesquisa quando adotada essa metodologia, resultando na concentração, pelo pesquisador, nos resultados e conclusões de sua própria pesquisa, sem discussão e extrapolação dos mesmos a outros contextos ou à luz de teoria mais ampla. Como consequência, o estudo de caso passa a ser visto como uma opção mais fácil ou preliminar de pesquisa, por meio da qual se emprega uma freqüente limitação das fontes de coleta a entrevistas e questionários aplicados em um caso que não representa nada de significativo ou relevante para a discussão do fenômeno. Como reforça a autora, o caso selecionado pelo pesquisador frequentemente “não é um “caso”, não apresenta qualquer interesse em si, é apenas um local disponível para a coleta de dados (p.3)”. Como consequência, a interpretação dos dados torna-se superficial e sem recurso ao contexto e à história.

Foi por considerar que o desenvolvimento de um campo do saber depende sobremaneira do desenvolvimento concomitante da pesquisa nele gerado e que a imprecisão no emprego de métodos de pesquisa é questão problemática para o avanço do conhecimento no mesmo que se realizou o presente estudo. Por meio de um levantamento feito entre as publicações nos anais dos principais eventos da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, buscou-se descrever e discutir o estado atual do emprego do estudo de caso pelos pesquisadores na área, na tentativa de identificar se os problemas observados pelos autores nas ciências sociais como um todo estão refletidos no campo e impedindo o desenvolvimento da ciência na área.

O presente artigo, organizado em cinco seções, apresenta os resultados desta pesquisa. Na primeira e presente seção, é feita uma contextualização geral do tema, enfatizando as contradições apresentadas na literatura acerca do que é um estudo de caso e da necessidade de melhor compreensão pelos pesquisadores. Na segunda seção são apresentados os principais conceitos relacionados à caracterização e classificação taxonômica do estudo de caso. Na terceira seção discute-se a questão da generalização a partir do estudo de caso e o incentivo que a literatura tem dado à assunção da metodologia como orientada em si mesma e, portanto, dissociada da idéia de generalização. Na quarta seção são apresentados os resultados da parte empírica do estudo e na quinta seção são apresentadas as discussões e conclusões finais do estudo.

O estudo de caso: caracterização e tipologias

Segundo Eisenhardt (1989), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa pela qual se compreende a dinâmica de um fenômeno a partir de sua singularidade. Essa singularidade pode ser apreendida pela observação de um caso único ou de um conjunto de casos que permitam a observação profunda do fenômeno em suas diversas dimensões, e essa apreensão pode se dar por meio de várias técnicas de coleta e fontes de dados. Embora mais freqüentemente associada a técnicas qualitativas, a estratégia de pesquisa também emprega aparato quantitativo em sua execução.

Yin (1986), apresentado como o autor mais influente na discussão acerca do assunto, define estudo de caso como uma estratégia de pesquisa a ser adotada quando o pesquisador interessasse mais pelos porquês, e como esses são envolvidos nos fenômenos, que pela pura descrição e

quantificação de sua ocorrência. É uma estratégia a ser adotada também quando o contexto implica em diferença na análise do fenômeno e quando este não pode ser hermeticamente isolado de sua existência real.

Para o autor, o estudo de caso pode ser único ou coletivo (multi-casos) e ter como propósito a descrição, a explicação e a exploração dos fenômenos aos quais é aplicado. O estudo de caso único envolve a estratégia de pesquisa aplicada à compreensão de várias dimensões do fenômeno com foco em um caso singular como espaço amostral enquanto o estudo de caso coletivo (multi-casos) envolve o estudo das mesmas dimensões do fenômeno em mais de um caso simultaneamente com objetivo posterior de comparação de resultados. O autor enfatiza que não podem ser considerados estudos multi-casos aqueles em que os casos são selecionados com o objetivo de controle para um caso em foco, como ocorre nos estudos experimentais. O delineamento de multi-casos exige que todos os casos sejam semelhantes no que se refere à capacidade de representação do fenômeno estudado.

Com relação à natureza do emprego do caso aos propósitos de análise, Stake (2005) identificou três tipos de estudo de caso. Estudo de caso intrínseco, o que ele classificou como sendo o caso típico ou desviante do comum. O caso intrínseco seria aquele empregado para compreender fenômenos não abordados pela teoria corrente. É aquele que surge como o *outlier* nas pesquisas quantitativas ou o incompreendido nas análises qualitativas. O estudo de caso intrínseco é estudado pelo interesse em si mesmo e não pelo desejo de se construir, discutir ou ampliar teoria.

O segundo tipo, o estudo de caso instrumental, foi definido pelo autor como sendo o caso exemplar. A escolha por esse caso se dá justamente por ser representativo da teoria corrente ou por permitir validá-la. O estudo de caso, sob essa classificação, é um tanto oposto ao que define Stake (2005) como estudo de caso, pois admite o próprio autor que o estudo de caso instrumental não é estudado por ele em si, mas pelo interesse nele como facilitador de compreensão de algo maior – um conceito, um fenômeno relacionado e por ele exemplificado. Contudo, a idéia de que o caso é o corte amostral, e não o método em si, permanece presente.

O terceiro e último da classificação de Stake (2005) é o estudo de caso coletivo ou estudo de caso múltiplo. Como uma versão ampliada do segundo, este representa o interesse em empregar mais de um caso instrumental para compreender melhor o fenômeno e “talvez melhor teorizar sobre uma coleção maior de casos representativos” (p.446). A expectativa é a de que, com a análise do fenômeno, de forma semelhante em diversos casos representativos, pode contribuir para reforçar as constatações e identificar melhor os constructos.

Em classificação semelhante, Yin (1986) apresenta três tipos de estudos de caso único, que são o caso crítico, que seria o caso representante de uma teoria específica e que é estudado, portanto, no intuito de reforçá-la; o caso revelador, que o autor caracteriza como o caso que exemplifica uma condição apenas teoricamente discutida, porém ainda não observada empiricamente; e o caso em profundidade, que é o caso de interesse intrínseco, no qual o pesquisador possui diferentes níveis de análise e interesses de aprofundamento mais amplos que os estudos mais comuns. Nessa classificação, a diferença entre os casos está, não somente nas características do caso, mas nos propósitos do pesquisador. O caso crítico, por exemplo, é escolhido pelo pesquisador como campo de aprofundamento de pressupostos adquiridos por meio de outros casos ou da análise da teoria ou como meio para o teste de hipóteses, nessas condições, anteriormente traçadas. O caso revelador, por sua vez, é apenas um elemento de ilustração, pelo qual o pesquisador apenas confronta e demonstra a teoria já consubstanciada. Trata-se de um caso confirmatório; um instrumento de reforço da teoria pela demonstração de que a teoria se apresenta no empírico tal como elaborada. Já o caso em profundidade, a teoria

ainda está por ser desenvolvida e o será por meio do caso, que é uma manifestação de idiosincrasias que interessam sobremaneira ao campo de pesquisa.

O estudo de caso e a generalização teórica e empírica

A afirmação de que as pesquisas fundamentadas em estudos de caso não geram resultados passíveis de generalização é um preconceito que tem sido disseminado entre os pesquisadores (Yin, 1986; Yin, 2004). Para Yin (1986), se o estudo de caso não pode ser base para generalização, pelo menos analítica, o experimento também não poderia. Se a generalização a partir dos experimentos é possível por meio da replicação, Yin defende que o mesmo é possível com o estudo de caso. Ele argumenta que o delineamento de multi-casos pode representar a replicação do caso, já que por considerar condições contextuais (sociais, temporais e históricas) a replicação a partir de estudos de caso simples ou únicos perderia a força em termos de validade. De todo modo, ele ainda observa que a generalização obtida não poderá jamais ser a empírica ou estatística. Yin (1986) entende que os estudos de caso podem gerar contribuições significativas ao permitir o desenvolvimento de proposições teóricas que podem ser aplicadas a outros contextos, ao que ele chamou de generalização analítica.

Em posição parcialmente oposta, Stake (2005) defende que a riqueza do estudo de caso pode estar justamente na compreensão do caso em si e que a busca pela regularidade, característica do paradigma positivista dominante na pesquisa, pode encobrir descobertas importantes escondidas nos casos particulares. Sendo assim, a generalização é o intento de posicionamentos epistemológicos pautados na regularidade e no padrão e que não deveriam ser o único motivo para a pesquisa. Mesmo assim, o autor entende que a generalização, já que importante para a construção do conhecimento e mesmo não sendo o objeto final de busca no estudo de caso, pode ser obtida. Há de se haver consciência, contudo, que a generalização empírica esperada, como nos estudos quantitativos e de origem positivista, não poderá ser alcançada com o estudo de caso, todavia, como observa o autor, passos pequenos nesse sentido podem ser dados e contribuir para, no longo prazo, alcançá-la. O que pode ser almejavél, porém nem sempre trabalhado pelos pesquisadores (Stake, 2005; Flyvbjerg, 2006).

Para Flyvbjerg (2006) a idéia de que não é possível generalizar a partir de um caso vem do movimento crítico levantado pelos defensores do modelo clássico de pesquisa da ciência natural. Para o autor, a generalização a partir de um caso é possível sim, porque não é a quantidade de casos que define a qualidade das proposições formadas, mas a profundidade com que o fenômeno é observado e a lógica das relações estabelecidas para explicá-lo. O autor cita que até nas ciências sociais podem ser encontrados inúmeros casos de teorias ricas e complexas que foram estabelecidas a partir de casos e não de grandes amostras. Além disso, como aponta Kuhn (1987), não é a possibilidade de generalização empírica que define o que é ciência, mas o rigor e objetividade envolvidos no conjunto de procedimentos internamente aplicados no processo de pesquisa e isso pode ser obtido com o estudo de caso.

De acordo com Eisenhardt (1989), a generalização analítica ou teórica não depende apenas das condições do caso, mas da existência de um protocolo rigoroso de condução da pesquisa de forma a garantir que as observações e conclusões possam ser de fato extrapoláveis à discussão do fenômeno em outros contextos. Nesse sentido, a escolha do caso, das técnicas de coleta e análise, das hipóteses teóricas guias para a observação e até mesmo o preparo do pesquisador para a condução da pesquisa em campo são fundamentais para a criação de boa teoria a partir do caso.

Sob essa perspectiva, os pesquisadores precisam compreender a estratégia como uma metodologia elaborada e apresentar rigor em sua aplicação. Ao negligenciar sua

complexidade, os pesquisadores podem incorrer em resultados que podem não contribuir ao corpo de pesquisa na área ou até incorporar, no mesmo, pressupostos carregados de observações parciais e teoricamente superficiais. A generalização analítica advinda de bases frágeis pode se tornar um resultado tão ruim quanto a desconsideração de sua possibilidade.

Aspectos metodológicos deste estudo

Na intenção de verificar como os pesquisadores na área da administração têm considerado e empregado o estudo de caso como método e metodologia de pesquisa, foi realizado um estudo descritivo com amostra não probabilística selecionada por conveniência.

O delineamento de pesquisa considerado adequado para a análise realizada nesse estudo foi o de levantamento. Segundo Selltitz, Wrightsman e Cook (1987 vol.I, p.50) “processos e características que ocorrem naturalmente não podem ser significativamente atribuídos aos sujeitos de pesquisa e não podem ser manipulados em estudos de laboratório ... [assim] a única maneira pela qual tais fenômenos podem ser estudados é através da sua ocorrência nos processos da vida real”. Neste caso, a expressão real de como os pesquisadores na área de administração compreendem a metodologia do estudo de caso está representada na forma como a empregam em suas pesquisas. Realizar, pois, um levantamento entre as pesquisas publicadas por esses pesquisadores em meios relevantes para esses torna-se o procedimento mais adequado.

Para compreender o nível do conhecimento dos pesquisadores brasileiros na área de administração acerca da metodologia do estudo de caso, foi então selecionada uma amostra de trabalhos publicados nos anais eletrônicos dos principais eventos científicos do campo, que são os promovidos pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD. Ao todo, a ANPAD envolve oito eventos, sendo um de múltiplas áreas (Encontro Nacional da ANPAD – ENANPAD) e sete de áreas específicas (Encontro Nacional de Estudos Organizacionais – ENEO; Encontro Nacional de Administração da Informação – EnADI; Encontro de Estudos em Estratégia – 3Es; Encontro de Marketing da ANPAD – EMA; Encontro de Administração Pública e Governança – EnAPG; Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho – EnGPR; Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade – EnEPQ).

A amostra, não probabilística e composta por conveniência (Malhotra, 2006), contou com 249 trabalhos, de uma população de 1294 identificados a partir de busca por palavra-chave no banco de dados da ANPAD. Foi solicitada ao sistema a apresentação de artigos publicados em todos os anos de realização dos oito eventos em análise que contivessem o termo “estudo de caso”. O banco apresentou como resposta 1294 trabalhos encontrados, distribuídos da seguinte forma: 1041 em EnANPAD, dez em EMA, 56 em 3Es, 55 em EnEO, 47 em EnAPG, 28 em EnGPR, 38 em EnADI e dezenove em EnEPQ. Como o sistema apresenta os resultados em ordem aleatória, sem separação por ano ou evento, decidiu-se por compor a amostra a partir da avaliação dos 300 primeiros listados dentre os 1294.

Por meio de análise documental (Pimentel, 2001), os 300 artigos foram avaliados quanto à sua adequação aos propósitos da pesquisa e então selecionados para amostra definitiva quando (a) empregavam o estudo de caso como método ou metodologia de pesquisa e (b) apresentavam descrição clara dos procedimentos metodológicos ao ponto de permitir a análise de conteúdo posterior. Nesta primeira análise, foi possível eliminar 51 trabalhos que não se enquadravam em uma ou nas duas condições propostas. Dessa forma, a seleção da amostra foi finalizada em um total de 249 artigos que seguiram para análise da segunda fase.

Nesta segunda fase, por meio de análise documental e de conteúdo, os 249 artigos foram organizados, classificados e interpretados. Na análise documental, os artigos foram classificados segundo o design – estudo de caso único ou estudo coletivo de casos (multi-casos), a partir da classificação de Yin (1986) – e segundo a natureza do emprego do caso – intrínseco, instrumental ou exploratório, com base na classificação de Stake (2005).

Após essa etapa, os artigos foram submetidos à análise de conteúdo (Duarte e Barros, 2005; Bardin, 1977), na qual foram analisados os procedimentos metodológicos descritos pelos pesquisadores autores na identificação das técnicas de coleta e de análise de dados empregados e os objetivos desse emprego, além da análise das conclusões feitas no artigo na identificação da existência de intenções de generalização teórica ou empírica pelos autores.

Os códigos empregados para análise de conteúdo sobre as técnicas de coleta foram: entrevistas individuais, entrevistas em grupo, questionários, observação (participante e não participante), técnica delphi (ou abordagem de especialistas) e documentos. Para a análise das técnicas de análise as codificações empregadas foram: análise de conteúdo, análise documental, testes estatísticos, estatística descritiva, e todos com associação a uso de softwares qualitativos ou uso de softwares quantitativos. Além desses códigos, foi também utilizado o código de técnicas não descritas.

Para a análise da apresentação dos resultados e conclusões, acerca das intenções de generalização, foram usados códigos simples de ausente ou presente, com a identificação da área do artigo quando classificado como presente. Foi considerada presente a intenção de generalização, quando os autores, nas conclusões do artigo, retomavam a discussão teórica que embasava o tema e deixavam as conclusões empíricas em segundo plano, valendo-se dessas exclusivamente para exemplificação ou sustentação de hipóteses e pressupostos teóricos. Foi considerada ausente, portanto, na situação em que as conclusões do artigo limitavam-se à apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa sem extrapolação para o nível teórico.

Resultados

A análise dos artigos permitiu constatar a predominância na área do emprego de estudo de caso único (Tabela 1). Dos 249 artigos analisados, 184 são estudos de caso único e 65 são de casos múltiplos. Essa constatação converge para os resultados observados por outros pesquisadores que realizaram recentes pesquisas semelhantes, porém na área de organizações (Mariz et al, 2004) e de administração da informação (Oliveira, Maçada e Goldoni, 2006) e com a tradição no uso da metodologia, apontado por Alves-Mazzotti (2006).

Constatação relevante se deu também acerca da forma como os autores classificam suas pesquisas nesse tocante. Na análise documental da primeira etapa, foram eliminados 16 artigos caracterizados pelos próprios autores como estudo multi-casos, mas que não conferiam com as características de caso na classificação de Yin (1986). Na verdade, a seleção amostral desses estudos mais revelava um conjunto pequeno de representantes da população para o estudo. Se levar-se a fundo essa discussão, até mesmo os caracterizados como estudo de caso único podem ser questionados, uma vez que, segundo Yin (1986), um estudo de caso é caracterizado pelo estudo aprofundado e contextualizado de um fenômeno representado no caso. A grande maioria dos trabalhos analisados apresentou abordagem superficial dos casos tanto em termos de coleta quanto de análise, envolvendo uma ou muito poucas dimensões do fenômeno estudado no caso e sem movimento concreto no sentido de compreensão profunda do que se propunha estudar.

Com relação à natureza de utilização do caso, a forma predominante é o uso de caso instrumental (Stake, 2005). Do total de artigos analisados, 214 apresentam casos que são estudados por representarem um padrão específico ou contribuírem como exemplo para a discussão de conceitos estabelecidos (Tabela 1). Fato que revelaria interesse dos pesquisadores em contribuir para o reforço ou aprofundamento de teorias em desenvolvimento, não pôde ser comprovado posteriormente na análise feita sobre as iniciativas de generalização teórica. Dentre os demais 35 artigos, 12 referiram-se a casos intrínsecos e 23 a casos classificados como exploratórios, por tratarem de assuntos em que a teoria ainda é muito insipiente.

TABELA 1 – Distribuição da amostra segundo a classificação de YIN (1986) e STALKE (2005)

	Total	Instrumental	Intrínseco	Exploratório
Caso único	184	154	12	18
Caso Múltiplo	65	60	0	5
Total	249	214	12	23

Quando analisadas as técnicas de coleta de dados, a maioria absoluta dos artigos apresenta pelo menos duas técnicas combinadas (223 artigos), das quais a entrevista individual (196 do total de artigos) ou fontes secundárias em forma documental (165 artigos) são predominantes. Em 59 artigos foi constatado o uso de questionários, em 27 a técnica de observação, em 13 foi observado o uso de entrevistas em grupo e em apenas dois foi discriminado o uso de técnica *delphi*.

Constatação importante foi feita nesse momento acerca do uso das técnicas de coleta pelos pesquisadores. Na análise de conteúdo pôde-se observar que, no geral, os pesquisadores, mesmo quando aplicam mais de uma técnica de coleta, o têm feito de forma seqüencial e não complementar como sugerem Yin (2004), Stake (2005) e Babbie (2006), entre outros. Esses autores consideram que uma das formas de se obter validade interna no estudo de caso e de ampliar a compreensão mais profunda do fenômeno está no uso de múltiplas fontes de dados, complementares entre si, que envolvam diferentes facetas da mesma dimensão do objeto em foco.

Diferentemente dessa visão, os pesquisadores na área de administração têm usado as técnicas de coleta de forma separada, para abordar diferentes partes ou dimensões do fenômeno. Por exemplo, usam a entrevista em uma unidade de análise para construir instrumentos de coleta (questionários e roteiros de entrevista e de observação) para outras. Em parte significativa dos artigos analisados, em que houve o emprego de questionários (53 dos 59), entrevistas foram descritas como uma etapa inicial de pesquisa com intuito de elaboração do questionário. Em 49 deles, as entrevistas foram feitas com público diferente da amostra que receberia o questionário posteriormente. No geral, as entrevistas foram feitas com os dirigentes e os questionários aplicados entre os profissionais no nível operacional ou entre clientes.

Quando associadas a fontes secundárias de coleta, as entrevistas também foram destinadas à coleta de informações de dimensões diferenciadas do fenômeno em relação ao que se buscava nos documentos. Dos 144 artigos que combinavam as duas técnicas, somente em 23 se afirmava que os dados coletados por meio de ambas as fontes cobriam a mesma dimensão do fenômeno, apresentando base para a triangulação (Stake, 2005). Nos demais artigos, frequentemente os dados secundários serviram de base para a descrição do caso e para a caracterização do contexto.

No que concerne às técnicas de análise dos dados, uma surpreendente, porém insatisfatória, constatação foi feita. Dos 249 de artigos analisados, 166 não descreviam os procedimentos metodológicos empregados para análise dos dados. E dos 83 que o faziam, a técnica predominantemente relatada era a análise de conteúdo (51 artigos). Contudo, mesmo informando o uso dessa técnica, os pesquisadores, no geral, não detalham os procedimentos adotados, se houve emprego ou não de softwares para a sua realização, tampouco apresenta detalhes dos critérios de categorização. Os demais 32 artigos desse conjunto também foram pouco rigorosos na apresentação dos procedimentos metodológicos. Parte significativa deles (20 do total de 32) relata ter empregado técnicas quantitativas de análise, como análise de frequência e de variância, mas não define claramente que isso foi feito ou como foi procedido. Em uma parte muito pequena da amostra analisada os procedimentos foram adequadamente descritos e houve emprego de softwares próprios para a realização de regressões (2), testes de hipóteses (4), análises fatoriais (3) e de equações estruturais (3).

No entanto, o que chamou a atenção acerca das escolhas feitas pelos pesquisadores em termos de coleta e de análise foram as estranhas combinações de técnicas interpretativistas, como a observação participante e as entrevistas em profundidade, análise de discursos e de conteúdo sem categorização, com técnicas de natureza mais positivista, como os questionários e entrevistas estruturadas com análise categorizada, em um mesmo estudo. Como afirmam Flyvbjerg (2006), Jackson (2006) e Howe (1988), a combinação de perspectivas qualitativas e quantitativas em um único estudo pode e, em muitos casos, deve ocorrer, mas o que não pode é conflitar em termos ontológicos, o que geraria o risco de alcançar conclusões inadequadas ou enviesadas.

O Quadro 1 apresenta o panorama encontrado na amostra acerca do padrão de coleta e de análise adotado pelos pesquisadores no campo quando adotam o estudo de caso como metodologia de pesquisa.

QUADRO 1 – Padrões de Coleta e de Análise de Dados adotados pelos pesquisadores na área

Coleta	
Artigos com técnicas combinadas	223 artigos, dos quais a entrevista individual ou fontes secundárias em forma documental são predominantes.
Artigos com técnica única	26 artigos, nos quais há predominância de entrevistas individuais como técnica de coleta.
Padrão de coleta	Entrevistas individuais, documentos e questionários.
Seqüenciamento das técnicas	Entrevistas individuais e análise de documentos para elaboração de questionários e observação.
Análise	
Artigos com procedimentos descritos	Apenas 83 dos 249 artigos na amostra apresentaram procedimentos de análise descritos.
Padrão de análise	Análise de conteúdo.

A última dimensão analisada neste estudo, a tentativa de promover generalizações, foi a que menos surpreendeu, já que é tradicional o mítico discurso apresentado acerca das limitações do estudo de caso para a generalização (Yin, 1986; Dooley, 2002; Eisenhardt, 1989; Flyvbjerg, 2006; Alves-Mazzotti, 2006). Dos 249 artigos, 203 não apresentaram qualquer esforço no sentido de promover generalizações teóricas ou empíricas a partir do caso, limitando suas conclusões ao caso (ou casos) em si. Somente em 46 artigos houve a retomada da discussão teórica pelos autores, na tentativa de empregar os resultados da sua pesquisa para reforçar, discutir ou ampliar o corpo teórico na área.

Mesmo sendo esperado o resultado verificado, a constatação não deixa de ser lamentável para o campo, em virtude da importância de se ter estudos que contribuam para a construção e fundamentação da teoria na administração. Para Alves-Mazzotti (2006 p.3), “ao não situar seu estudo na discussão acadêmica mais ampla, o pesquisador reduz a questão estudada ao recorte de sua própria pesquisa, restringindo a possibilidade de aplicação de suas conclusões a outros contextos, pouco contribuindo para o avanço do conhecimento e a construção de teorias.” Agindo assim, o resultado propicia o desenvolvimento de “estudos que só têm interesse para os que dele participaram, ficando à margem do debate acadêmico” (p.3).

Em uma análise mais detalhada dessa observação, notou-se que a área de conhecimento no campo da administração em que os pesquisadores têm apresentado maior preocupação em usar o estudo de caso como meio para a construção de teoria é a área de organizações (24 dos 46 artigos), já tradicionalmente marcada pela predominância e preferência por estudos de caso como escolha metodológica (Mariz, et al., 2004; Bertero, Caldas, e Wood Jr., 1999). A segunda área mais envolvida com essa tarefa foi a área de Gestão de Pessoas (18 artigos), seguida pela área de estratégia (3) e de gestão pública (1). As demais áreas não apresentaram, na amostra, artigos com essa intenção.

Conclusões

Os resultados dessa pesquisa revelaram um triste cenário para a pesquisa na área de administração. Não somente percebe-se emprego inadequado do estudo de caso como método, que supõe o uso do caso como unidade amostral para estudos mais aprofundados em termos teóricos ou empíricos, e como metodologia, que exige adequação dos instrumentos de coleta e de análise a pressupostos ontológicos e epistemológicos, como também observa-se freqüente falta de rigor na apresentação dos procedimentos metodológicos empregados em seus estudos, como já havia sido observado por Bufoni (2002) em sua pesquisa sobre as teses desenvolvidas na área.

Já na composição da amostra foi verificada a freqüente falta de rigor e detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados nas pesquisas, revelando necessidade de amadurecimento científico na área, já que independentemente dos métodos empregados e das posições ontológicas assumidas, a ciência se faz por meio da prática estruturada (Kuhn, 1987).

Além da baixa preocupação com o detalhamento dos aspectos metodológicos do estudo, os pesquisadores frequentemente têm super-simplificado o emprego de técnicas de coleta e de análise de dados, corroborando o que alguns autores já haviam constatado em outras pesquisas (Alves-Mazzotti, 2006; Bufoni, 2002).

A predominância de pesquisas com o emprego do estudo de caso como corte amostral ao invés de metodologia ou estratégia de pesquisa também foi uma constatação importante que pode contribuir para explicar a o baixo aprofundamento e imersão sobre o caso e o uso limitado de técnicas de coleta e fontes de dados. No geral, foi constatado o emprego de fontes insuficientes para promover a triangulação (Stake, 2005; Yin, 1986) e a análise combinada de diversas faces do fenômeno sob múltiplas óticas de observação.

O desconhecimento pelos pesquisadores acerca das condições que determinam a opção pelo estudo de caso também foi constatado, reforçando a observação de Flyvbjerg (2006), de Dooley, 2002 e de Yin (1986) de que os pesquisadores têm confundido a estratégia de estudo de caso com o caso como campo de observação em si e que, com isso, seu uso tem se dado de forma limitada e superficial, comprometendo a capacidade de se gerar avanços teóricos a partir do seu uso.

Além do mais, a inobservância da necessidade de adequação das técnicas de coleta e de análise aos pressupostos ontológicos e epistemológicos do próprio pesquisador, como defende Jackson (2006), tem permitido também no campo da administração e nos estudos brasileiros, a combinação de procedimentos interpretativistas com outros mais positivistas em um mesmo espaço, provocando resultados insatisfatórios tanto em termos de validade interna, como externa.

Outra observação também feita foi a de que a predominância de estudos de caso instrumentais não está associada a tentativas de generalização analítica pelos pesquisadores brasileiros. Tanto que a grande maioria dos estudos ainda se concentra na descrição e exploração do caso em si, com pouquíssima atenção às potencialidades explanatórias que ele poderia oferecer a fenômenos semelhantes ou contextos diferenciados.

Por fim, a análise da amostra tomada permitiu concluir que a diversidade de interpretações, sobretudo equivocadas, da metodologia do estudo de caso, revela a carência de amadurecimento metodológico dos pesquisadores no campo, contribuindo para o desenvolvimento lento de pressupostos teóricos mais robustos e para a continuidade de métodos descritivos e pouco envolvidos com as peculiaridades e contextos naturais dos fenômenos sociais que o estudo de caso pretende complementar.

Referências

- BABBIE, E.R. The practice of social research. 11.ed. Calofornia: Wadsworth, 2006.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENBASAT, I., Goldstein, D.K., Mead, M. The case research strategy in studies of information systems, MIS Quarterly, vol. 11, n.3, 1987.
- BUFONI, A. O rigor na exposição do estudo de caso simples: um teste empírico em uma universidade brasileira. In: XXVI ENANPAD, 2002, Salvador, Anais do XXVI ENANPAD, 2002.
- CABRAL, A. C. A. A evolução da estratégia: em busca de um enfoque realista. In: XXII ENANPAD, 1998, Foz do Iguaçu. Anais do XXII ENANPAD, 1998.
- DOOLEY, L.M. Case Study Research and Theory Bulding. Advances in Developing Human Resources, vol.4, n.3, aug. 2002.
- DUARTE, J.; BARROS, A.T. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.
- DUBE, L.; PARE, G. Rigor in information systems positivist case research, MIS Quarterly, vol.27, n. 4, Dec 2003.
- EISENHARDT, K. Building theories from case study research. The academy of management review, v.14, n.4, 1989.
- FLYVBJERG, B. Five Misunderstandings about Case-Study Research. Qualitative Inquiry, vol. 12, n. 2, April 2006.
- HOWE, K. Against the Quantitative-Qualitative Incompatibility Thesis or Dogmas Die Hard. Educational Researcher, nov. 1988.
- JACKSON, P.T. A statistician strikes out: in defense of genuine methodological diversity. American Political Science Association annual meeting, New York, 2006.

- KERLINGER, F.N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU-EDUSP, 1996.
- KIRK, J.; MILLER, M.L. Reliability and validity in qualitative research. Thousand Oaks: Sage Publications, 1985.
- MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MARIZ, L.A. et al. O Reinado dos Estudos de Caso em Teoria das Organizações: Imprecisões e Alternativas. In: XXVIII ENANPAD, 2004, Curitiba, Anais do XXVIII ENANPAD, 2006.
- OLIVEIRA, M.; MAÇADA, A.C.G.; GOLDONI, V. Análise da Aplicação do Método Estudo de Caso na Área de Sistemas de Informação. In: XXX ENANPAD, 2006, Salvador, Anais do XXX ENANPAD, 2006.
- PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa, n. 114, novembro/ 2001.
- SELLTIZ, WRIGHTSMAN e COOK. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo: EPU, 4.ª ed. 1987.
- STAKE, R. Case Studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, T. Handbook of Qualitative Research. London: Sage, 2005.
- THACHER, D. The Normative Case Study, American Journal of Sociology, Vol. 111, N.6, May 2006.
- YIN, R. Case study research: design and methods. London: Sage, 1986.
- YIN, R. Case study methods. Complementary Methods for Research in Education, jan. 2004.